



## FAVELA E QUESTÃO ECOLÓGICA

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes\*

### RESUMO

Este trabalho analisa a questão ecológica e sua relação com as favelas, bem como as políticas públicas direcionadas para essa questão, discutindo especificamente o caso do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: questão ecológica, favelas e políticas públicas

### ABSTRACT

This work analyses the ecologic issue in the relation between the slums and the public policies toward this issue, discussing the case of Rio de Janeiro.

Key words: ecological issues, slums and public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é discutir a questão ecológica na sua relação com as favelas do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, abordaremos a questão do meio ambiente, enfocando particularmente a forma como as favelas cariocas vivenciam essa questão, para, em seguida, apontar as intervenções realizadas pelo poder público em relação a esse problema. Para realizar essa análise, resgatamos textos referentes ao tema e dados extraídos de nossas pesquisas em favelas.

## 2 A QUESTÃO AMBIENTAL E AS FAVELAS

A relação entre problemas ambientais e favelas não é recente, podendo ser remontada a partir do processo de industrialização. Em Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (1844), Frederich Engels já denunciava as péssimas condições sanitárias e habitacionais da emergente classe operária inglesa. Em nosso país, a situação não foi diferente para o operariado nos primórdios da industrialização que ocupavam cortiços e favelas. Assim, ao longo do tempo, a favela tem sido vista como problema associada fortemente à violência urbana, à degradação do meio ambiente e ao desrespeito à ordem urbana.

---

\* Doutora em Serviço Social  
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Souza (1992) a degradação do meio ambiente e a pobreza que atingiram a sociedade no Brasil podem ser consideradas efeitos do modelo de desenvolvimento vigente e da ausência de democracia. Sem dúvida alguma, por pressão da classe operária e pela universalização do assalariamento as condições de vida para os trabalhadores nos países de capitalismo avançado foram sendo modificadas com a intervenção do Estado, enquanto que nos países periféricos muitos problemas foram agravados pelo modelo de desenvolvimento concentrador de renda adotado. Devemos, então, admitir que problemas associados à favela são parte de questões estruturais da sociedade brasileira. Assim, podemos afirmar que as condições de vida, inclusive em relação ao meio ambiente, não mudaram radicalmente para os segmentos da população pobres em nosso processo de desenvolvimento.

Para Davis (2006), a crise sanitária nos países periféricos tem origem no colonialismo, em que os impérios europeus recusavam-se a oferecer infra-estrutura moderna de água e rede de esgoto no bairro das populações mais pobres, segregando esses habitantes do conjunto da cidade.

Souza (op.cit) ressalta que a proteção do meio ambiente depende da defesa anterior da humanidade, que deve ser guiada por princípios democráticos, ou seja, a defesa do meio ambiente exige um outro tipo de desenvolvimento, que incorpore a defesa da liberdade (desde que para todos), os valores da individualidade (desde que respeitando a diversidade e a extensão desse direito para todos), e os valores da solidariedade, da participação e da igualdade. Esse autor aponta a importância da superação do atual tipo de organização sócio-econômica da sociedade para a transformação das relações do homem com a natureza, embora sua análise mantenha a separação entre homem e natureza quando registra que a defesa do meio ambiente depende da defesa anterior da humanidade. Consideramos que as origens dos problemas sociais são as mesmas dos problemas ambientais, ou seja, reside na forma como o modo de produção capitalista está organizado (separação entre cidade e campo, implicando na alienação dos homens em relação à terra; distribuição desigual da riqueza e da renda, etc.). Logo, defendemos a tese de que através do processo de transição para uma outra organização da sociedade (eliminação da separação entre cidade e campo; distribuição igualitária da renda e da riqueza, etc.), ambos os problemas - sociais e ambientais - serão superados simultaneamente. Assim, não acreditamos que a superação de um deles deva anteceder a do outro, já que os dois têm a mesma origem.

As grandes catástrofes ambientais que passaram a atingir não somente os segmentos mais pobres da população, bem como a humanidade como um todo como-

aquecimento global, a seca na Amazônia, os furacões Katrina e Wilma nos Estados Unidos e os tsunamis, em 2004, nos países asiáticos que deixaram aproximadamente 150 mil mortos- despertaram a busca de uma relação integrada entre o homem e a natureza.

Além dos riscos naturais, temos a poluição causada por indústrias. Muitas favelas encontram-se junto a oleodutos, fábricas de produtos químicos, e refinarias. No Brasil, podemos citar o caso de Cubatão em São Paulo e Belford Roxo no Rio de Janeiro. No entanto, costuma-se dar atenção à questão ambiental que afeta os segmentos mais pobres da população na ocasião de grandes catástrofes que atingem também as classes mais abastadas, como foi o caso do derramamento de petróleo na baía de Guanabara no Rio de Janeiro. A poluição da baía de Guanabara tem a ver com acidentes ecológicos, poluição do ar e da água pelas populações que moram em suas imediações, mas, sobretudo, pelas indústrias que se instalaram em suas margens. O programa de Despoluição da Baía de Guanabara tem sido incapaz de oferecer uma solução para o problema (foram gastos até 2005 80% do bilhão de dólares do financiamento, sendo que apenas 25% dos esgotos são tratados). Outro aspecto que tem ocupado os debates nacionais e internacionais sobre o meio ambiente refere-se ao desmatamento da Floresta da Tijuca, a maior em área urbana no mundo.

Deve-se ressaltar que as intervenções governamentais ao longo do tempo não levaram em conta os aspectos ambientais e sociais, valorizando mais o embelezamento da cidade e respondendo a demandas do mercado imobiliário. As obras públicas, realizadas desde o início do século XX na administração Pereira Passos no Rio de Janeiro e, posteriormente, nas administrações de Carlos Lacerda (1960/1965) e de Negrão de Lima (1965/1971), atingiram o meio ambiente de formas distintas como: a demolição de cortiços cuja população passou a ocupar os morros da cidade, a construção dos túneis Rebouças e Santa Bárbara, o Parque do Flamengo. Com a ajuda do governo americano, Lacerda lançou o Plano de Habitação Popular, levando a remoção de grandes favelas na zona sul da cidade, liberando terrenos para o mercado imobiliário. Esse foi o caso do Morro do Pasmado, em Botafogo, cujos moradores foram alocados para conjuntos habitacionais de Vila Kennedy, Cidade de Deus, Vila Aliança (Bangu) e Vila Esperança (Vigário Geral).

Negrão de Lima construiu a auto-estrada Lagoa- Barra, perfurando os túneis do Joá, de São Conrado e Dois Irmãos (atual Zuzu Angel) e ergueu o elevador do Joá. Também erradicou várias favelas como Catacumba, na Lagoa, Macedo Sobrinho, no Humaitá e a da Praia do Pinto, no Leblon, favorecendo a especulação imobiliária.

Dessa forma, o Rio de Janeiro, bem como a maioria das cidades do Terceiro Mundo poluem, urbanizam e destroem sistematicamente os seus sistemas fundamentais de

apoio ambiental, sendo as favelas, conforme observa Davis (2006. p.39), os espaços mais atingidos pelos problemas relacionados ao meio ambiente, já que configuram áreas de moradia dos segmentos populares, em geral caracterizadas como terrenos de risco e perigosos (pântanos, locais sujeitos a inundações, morros instáveis montanhas de lixo, depósito de lixo químico, beira de estradas e mangues). Na verdade, estes são os lugares que restam para os pobres desalojados nas metrópoles, justamente por suas condições adversas, sujeitas à deslizamento, a desabamentos e pouco atraentes, não sendo objeto da intensa especulação imobiliária.

Em relação ao Brasil, Davis (2006: 128) oferece algumas informações sobre as favelas de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo esse autor, dados de uma pesquisa geomorfológica de 1990 revelaram que um quarto das favelas de São Paulo localizava-se em terrenos perigosamente erodidos, e todo o restante em encostas íngremes e margens de rios sujeitas a erosão. Dezesseis por cento dos seus ocupantes correm o risco iminente ou em médio prazo de perder a vida e/ou seus pertences. Segundo esse autor, no Rio de Janeiro esses assentamentos foram construídos em condições precárias e, muitas vezes, sobre colinas e morros. Esse tipo de urbanização desordenada potencializa os riscos de desastres dos ambientes urbanos. Evidentemente não se trata de responsabilizar os pobres por tais resultados, pois esses riscos poderiam ser evitados através de obras públicas.

### **3 INTERVENÇÕES PÚBLICAS PARA “PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE” EM FAVELAS**

Enquanto piora a crise habitacional da maioria das cidades, as favelas se instalam em santuários ecológicos e bacias hidrográficas vitais. O jornal O Globo de 18/2/2006 dá conta de um relatório encaminhado ao Ministério das Cidades pela prefeitura do Rio de Janeiro mostrando um quadro sombrio para 1.301 famílias do município que moram em áreas de risco de deslizamento. O estudo, elaborado ao longo de 2005, identificou 32 pontos críticos em 28 comunidades, o mais grave deles na Vila Verde na Rocinha. É evidente que ninguém é favorável à destruição do meio ambiente, mas não adianta os governantes terem um discurso condenando o desrespeito aos eco-limites, se não oferecerem opções de moradia a quem muitas vezes sequer tem emprego. Vale ressaltar que criado em 2001 pela prefeitura do Rio para conter a expansão de favelas em áreas verdes, o eco-limite em quatro anos foi implantado em 50 comunidades pobres, onde foram utilizados mais de 40 mil metros de cabos de aço e alambrados. Vale ressaltar que

em muitas favelas estes cabos foram roubados e não substituídos pelo poder público. (O Globo, 07/10/2005).

Considerando os dados levantados acima, trata-se ainda de questionar a intervenção dos Poderes Públicos nacionais e, muitas vezes negligência governamental, no que diz respeito ao desmatamento sistemático de florestas, principalmente no Brasil.

A partir da década de 1970, com a crise do capitalismo e em função do subsequente ajuste estrutural relacionado ao tratamento da dívida externa dos países subdesenvolvidos observa-se uma retração dos investimentos do Estado em gastos sociais causando o agravamento da situação ambiental de muitas favelas dos países periféricos. Vale lembrar que as instituições multilaterais de financiamento (BID BIRD, Banco Mundial etc.), ainda que veiculem os discursos do desenvolvimento sustentável, priorizam os interesses do grande capital. Davis (2006.p.137), exemplifica a questão da seguinte forma:

as agências internacionais de desenvolvimento encorajam políticas de transporte destrutivas, com preferência pelo financiamento de estradas em vez de trilhos, além de estimularem a privatização dos meios de transporte local”.

O novo direcionamento das políticas públicas nos Estados Nacionais tem sofrido uma influência marcante dos organismos multilaterais. Davis denuncia que a partir dessa orientação que privilegia a privatização dos serviços públicos, o fornecimento público de água, considerado vital para a saúde pública, assim como os banheiros gratuitos, compete com poderosos grupos privados de interesse. A venda de água tem sido em muitos casos, um comércio lucrativo em cidades pobres.

Essa nova forma de gestão urbana tem se materializado nas cidades, através do modelo amplamente difundido como “planejamento estratégico”, referenciado na experiência da cidade de Barcelona. Este modelo tem sido utilizado no Brasil e na América Latina por meio de canais ampliados de agências multilaterais e consultorias internacionais. Os governos municipais estão cada vez mais preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária, através do marketing urbano.

Segundo Harvey (1996), a partir principalmente das duas últimas décadas do século passado, emergiu um consenso geral em todo o mundo capitalista de que cidades que incorporam um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico devem obter benefícios positivos desde a recessão de 1973.

A despeito de programas como o Favela Bairro, formulado a partir das demandas populares, mas atendendo às exigências do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o número de moradores de favelas aumentou em 103% em uma década

(1991/2000), segundo o censo do IBGE. Esse censo revelou que de 1991, ao fim do século XX, o Rio ganhou 119 favelas. O fracasso do Programa Favela-Bairro pode ser atribuído à implementação de um projeto urbanístico que não tem como pressuposto uma intervenção social forte e urgente do poder público para combater a pobreza, a violência e a degradação ambiental. Por outro lado, o crescimento e adensamento de favelas podem ser conferido ao empobrecimento da classe média baixa, à migração de segmentos pobres da população de outros estados e à precariedade/falta de um sistema de transporte na cidade que obriga a população mais pobre a viver amontoadas na proximidade dos locais de trabalho. Nessa situação de emergência, a população empobrecida tomou conta de encostas verdes, ameaçando áreas de proteção ambiental, abrindo espaço para a remoção forçada de inúmeras famílias, culpabilizadas pela grande imprensa pela emergência de novas favelas e assentamentos precários que prejudicam o eco-sistema. Vale ressaltar que construções em áreas de preservação ambiental não são prerrogativa dos segmentos mais pobres da população. No bairro da Joatinga (no Bairro da Barra da Barra da Tijuca) são visíveis as luxuosas casas e condomínios para as elites.

A polêmica sobre a remoção de favelas no Rio de Janeiro, com o argumento que estas degradam o meio ambiente recomeçou, em de 2005, de quando O Globo publicou uma série de reportagens - denominadas *Illegal. E Daí?*. No Rio, o crescimento desordenado ocorre em toda a cidade: 16 comunidades foram identificadas em áreas de preservação ambiental. Uma auditoria do Tribunal de Contas do Município pôs em xeque até o Programa- Favela Bairro que, segundo o órgão não foi capaz de conter a expansão de favelas. Essa campanha publicitária teve como uma das respostas por parte do poder público a implementação do programa Papel Passado do Ministério das Cidades realizado em parceria com a Fundação Bento Rubião na Rocinha denominado Rocinha Mais Legal. Para representantes dos movimentos sociais urbanos como o Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor, a intenção do Governo Federal, em realizar a regularização fundiária é fazer com que as pessoas com título possam se capitalizar e possibilitar a mercantilização das moradias instaladas nesse espaço, já que a dimensão da Rocinha não permite uma remoção. Assim, antes mesmo de oferecer condições ambientais aos moradores dessa favela, através da melhoria de infra-estrutura local, procede-se a regularização fundiária que dessa forma é uma porta aberta ao grande mercado imobiliário.

As intervenções em favelas, inclusive mediante o Programa Favela Bairro, visa a homogeneização do espaço urbano no sentido de tornar mais atraente para os investimentos e para o turismo. Os jogos Pan Americanos a serem realizados a partir de junho de 2007, no Rio de Janeiro, têm provocado a remoção de favelas em diferentes

espaços, sobretudo na Zona Oeste onde está sendo construída boa parte da infra-estrutura para abrigar seus participantes. Essas remoções, na maioria dos casos têm sido legitimadas pelo fato de que essas favelas estão causando danos ao meio ambiente.

Os despejos da população favelada, em volta do autódromo, têm sido feitos sem mandado judicial, sem uma ação de reintegração de posse, comandados pelo sub-prefeito da área. Ocorre, às vezes, que este dá a ordem para o funcionário da Ligth desligar a luz do local, ameaçando a população.

Segundo o depoimento dos moradores, a Secretaria de Habitação chega nesses locais para fazer um cadastramento, alegando que vai elaborar um projeto para os assentamentos desses moradores considerados em áreas de riscos. Sem maiores explicações, a derrubada de casas se segue. Os moradores denunciam que isso tem sido feito com a maior arrogância e falta de respeito. A especulação imobiliária às vezes ocorre quase que imediatamente, pois logo aparece alguém propondo a compra dessas habitações. Como os moradores não estão cientes de seus direitos acabam deixando as casas por pouco dinheiro, sem um local para habitar, já que o poder público não oferece soluções para o problema.

Na tentativa de melhor proteger esses pequenos assentamentos, com menos de mil unidades habitacionais, os movimentos sociais estão propondo uma mudança na Lei Orgânica, já que está ficando claro que o setor imobiliário em aliança com o poder público está providenciando mudanças na lei que altera as garantias contra a remoção.

Outra mudança observada em relação às intervenções públicas na área da habitação verifica-se no Programa Morar Sem Risco. Este programa tinha como objetivo inicial reassentar famílias em áreas de risco ou de preservação ambiental. Na prática, desenvolve uma outra política, na medida em que utiliza o recurso da indenização sob coação que simplesmente ignora as possibilidades de aquisição de um outro tipo de moradia em outro local, dado os valores irrisórios que são oferecidos aos ocupantes. Muitos usuários do Programa deslocados para casas alugadas na espera de um de assentamento definitivo continuam sem solução como é o caso dos moradores de Pedra Lisa um dos espaços de risco no Morro da Providência, que embora urbanizado, no âmbito do Favela Bairro não incorporou os moradores desse local.

O Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor seguiu de perto a remoção da Vila Alice em Laranjeiras, concluindo, através de estudos topográficos, que seus moradores não estavam dentro da área que eles diziam ser de preservação ambiental. Apesar disso, os moradores foram removidos com uma pequena indenização. Percebendo a

direção das campanhas que culpabilizavam as favelas pela degradação ambiental para justificar sua remoção, o movimento social criou a Frente Estadual Contra a Remoção.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todos esses dados indicam o enfoque perverso da relação entre a degradação do meio ambiente e a responsabilização dos segmentos mais pobres por essa questão, quando, na realidade, os maiores poluidores e responsáveis pelos desastres ambientais permanecem impunes. As causas do surgimento de favelas são as mesmas desde quando os moradores de cortiços demolidos durante a Reforma Pereira Passos construíram barracos no Morro da Providência: pobreza, descaso oficial e políticas públicas ineficazes.

Para Guimarães (1997 apud Compans 2002) para que o desenvolvimento se torne sustentável é necessária a intervenção do Estado para garantir um mercado regulado e um horizonte de longo prazo para as decisões públicas. O argumento do autor se pautava no fato de que variáveis como "gerações futuras" e "longo prazo" são estranhas ao mercado, tendo em vista que esse geralmente responde à alocação ótima de recursos no curto prazo. Além disso, aspectos como a manutenção do equilíbrio climático, da camada de ozônio, da biodiversidade ou da capacidade de recuperação do ecossistema, transcendem a ação do mercado. Para esse autor, um Estado democratizado e forte, na sua capacidade reguladora e de planejamento estratégico, é o único ator capaz de enfrentar o poder das firmas transnacionais, como também o complexo processo político que movimenta o comércio internacional e as regulamentações ambientais, além de ser o único que pode resolver as situações de extrema desigualdade no acesso e distribuição de recursos naturais, econômicos e políticos, intra e entre nações. Embora a questão ambiental atinja a cidade como um todo, a especificidade dessa questão na favela tem que ser tratada - e equacionada - num esforço coletivo por melhor qualidade de vida urbana para não se elaborem políticas públicas que agravem a segregação sócio-espacial, já existente na cidade. Por outro lado, pensamos que é de fundamental importância a mobilização dos movimentos sociais no sentido de pressionar o Estado para dar conta dos interesses populares.

## REFERÊNCIAS

SOUZA, H. (1992). Ecologia e Democracia: Duas Vertentes Questionam o Desenvolvimento in:

ACSELRAD, Henri (org.). **Meio Ambiente e Democracia**. IBASE. Rio de Janeiro.

COMPANS, R. (2001). "Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementariedade?". in: ACSELRAD, Henri (org.) **A duração das cidades – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A.

DAVIS, M. (2006) **O Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo.

ENGELS, F. Situação da Classe Operária na Inglaterra in: LEFEBVRE, H (1999). **A cidade do capital**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

GOMES, Maria de Fatima C. Marques (2005). Política de Habitação e Sustentabilidade urbana in: GOMES, M.F.C.M. & PELEGRINO, A.I.C. (orgs.) **Política de Habitação Popular e Trabalho Social**. Rio de Janeiro, DP & A.,

HARVEY, D. (1996) "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio" In: Espaços e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVI, n. 39, Cidades: Estratégias Gerenciais, SP: NERU/CNPq/FINEP, 1996. p. 46 a 84.

JORNAL- O GLOBO DE 07/10/2005, 04/11/2005 e 18/2/2006

Sites- [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br)